

da questão abrangendo a historiografia portuguesa e europeia sobre a censura no século XVIII e a falta de um capítulo introdutório focando o Iluminismo em Portugal, algo fundamental para fazer a articulação com o percurso bibliográfico que o autor realiza, a meio do livro, sobre o Iluminismo na Europa. Mesmo tratando-se de uma obra de leitura acessível, a profundidade com que alguns tópicos são abordados exige profusos conhecimentos históricos, ainda que o texto se apresente como um «ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII», conforme assinala o seu título.

Em suma, consideramos que o livro, obedecendo a uma estrutura pouco convencional, comporta uma nova visão da censura, do absolutismo esclarecido e do reformismo iluminista em Portugal, contribuindo para o debate de ideias em torno destas temáticas. Lê-se com agrado, mas não dispensa a leitura e o diálogo com outras estimulantes e recentes contribuições no campo da História das Ideias e da História Institucional.

Artur Lemos Silva
Doutoramento em Filosofia na FLUC
arturls@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4754-8722>

José Luís Barbosa
Doutoramento em História Moderna da FLUC
jlsb101088gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_15

Ruivo, Francisco Bairrão; Wojciechowska, Danuta; Paz, Joana (2014). *Livro Livre*. Lisboa: Lupa Design, ISBN: 978-989-97579-4-3.

O ensino do período que compreende o Estado Novo, o processo revolucionário português de 1974-1976 e a consolidação do regime democrático constitui um verdadeiro desafio para os professores. Estas dificuldades surgem devido à falta de tempo, tanto letivo como de preparação para os professores, à complexidade inerente a um período revolucionário e de transição, ao facto de ser lecionado no final do ano letivo, bem como à despolitização dos alunos, às limitações dos manuais escolares e à escassa disponibilidade de documentos de apoio. No entanto, trata-se de um período central para perceber o Portugal contemporâneo e para definir a cidadania no atual sistema democrático.

O *Livro Livre*, da autoria de Francisco Bairrão Ruivo, Danuta Wojciechowska e Joana Paz publicado pela Lupa Design em 2014 constitui uma ferramenta educativa para o ensino deste período e um incentivo à autonomia e à criatividade dos jovens leitores. O *Livro Livre* foi construído como um projeto educativo que visa colocar o leitor no papel de um historiador. Como anunciam os autores ao leitor: «não queríamos fazer um livro de História, mas um *Livro Livre* no qual fosses tu a pensar e escrever» (p. 92).

O *Livro Livre* constitui uma verdadeira ferramenta pedagógica ao envolver os leitores como coautores da obra. Incentiva os jovens leitores a recolherem memórias de familiares e conhecidos através de entrevistas sobre temas da história de Portugal. A partir de textos, fotografias e documentos da época, o volume procura reconstituir a densidade do período. As ilustrações completam a descrição dos conteúdos apresentada pelo livro. O projeto do *Livro Livre* procura resgatar memórias e valorizá-las, favorecendo o diálogo intergeracional. Ao colocar o leitor no papel de coautor, incentiva à criatividade através de atividades artísticas.

Abre com uma seção intitulada «Como escrever este livro?», forma de guião para os leitores. Procura incentivar a realização de entrevistas com pessoas que viveram este período. As páginas brancas dedicadas à recolha destes elementos de história oral são enquadradas com sugestões de perguntas, fotografias, desenhos ou ainda citações que funcionam como desafios para a conversa. A partir das entrevistas, esta primeira parte visa a um enquadramento histórico ao descrever a situação do país durante o Estado Novo, o 25 de Abril, a Guerra Colonial e os principais acontecimentos do processo revolucionário como as primeiras eleições livres. O *Livro Livre* desafia também os leitores a recolher testemunhos sobre o próprio dia 25 de Abril, a Guerra Colonial ou ainda a descolonização.

Os capítulos seguintes são organizados a partir de enxertos da Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976, descrevendo os direitos consagrados constitucionalmente. Têm como objetivo relacionar os direitos presentes na Constituição com as suas ausências prévias ao 25 de Abril sob o regime autoritário. Como defendem os autores, «a Constituição foi parte do resultado da luta antes e depois do 25 de Abril» (p. 92). Estes capítulos relacionam também estes direitos com a atualidade. O texto constitucional constitui a base de organização desta parte do livro, com vista a questionar a realidade atual. Como lembram os autores: «infelizmente, porém, nem sempre o que está na Constituição é respeitado. A igualdade de direitos ou a igualdade perante a lei nem sempre acontecem, mas deve ser essa a nossa aspiração» (p. 38).

Esta obra constitui um verdadeiro objeto didático ao aproximar o leitor das mudanças permitidas pela queda do regime autoritário. Os autores

incentivam, por exemplo, os jovens leitores a realizar um cartaz para as primeiras eleições livres de 1975, a pintar um mural sobre a liberdade, a escrever uma canção de intervenção ou ainda a elaborar um cartoon à maneira de João Abel Manta.

Estes capítulos dedicados às liberdades constitucionais debruçam-se sobre temas diversos como a habitação, a educação, as práticas culturais, os cuidados de saúde, os impostos ou ainda a organização dos poderes no sistema democrático. Para realizar estas atividades, o livro incentiva à pesquisa de documentos ao propiciar sugestões de leituras e de sites de arquivos disponíveis. Estas atividades, particularmente bem enquadradas historicamente, permitem aos leitores apropriar-se da sua própria história e questionar as narrativas dominantes.

Outras atividades lúdicas como a realização de um abecedário sobre os direitos humanos ou a seleção de palavras que eram censuradas pelo regime (usando para isso um lápis azul) conduzem à valorização da ideia de liberdade e a uma melhor perceção das suas consequências no quotidiano atual. Os autores procuram também incentivar a uma cidadania participativa, colocando a pergunta «o que achas que tens para dar à sociedade?» (p. 82). Colocam nomeadamente aos leitores a questão das mudanças que gostariam de introduzir na organização das escolas e do ensino.

No documento de «sugestões de exploração» disponível online, os autores destacam as várias dimensões do projeto educativo. A dimensão histórica é obviamente central nesta obra que visa aprofundar os conhecimentos sobre a construção do regime democrático em Portugal, ao questionar o regime salazarista e o processo revolucionário. Incentiva a descoberta de novos documentos e das mudanças permitidas nos vários setores da sociedade. Ao incentivar uma cidadania participativa e o envolvimento dos leitores na vida social, o *Livro Livre* desenvolve e propõe uma dimensão cívica.

As diversas atividades criativas e a apresentação de obras da época integram igualmente uma dimensão artística. O livro poderá assim servir de desafio à criação por parte dos leitores. Existe também uma dimensão social fulcral, ao valorizar as histórias pessoais e locais constituindo uma ferramenta valiosa para o diálogo intergeracional. Finalmente a dimensão pedagógica do *Livro Livre* visa à inovação educativa ao estimular à leitura e à escrita e ao permitir trabalhar numa perspetiva transdisciplinar como a história, a educação para a cidadania, a língua portuguesa, a filosofia, a educação musical e artística. O atual contexto de flexibilidade curricular e de projetos no sistema educativo português encontra no livro uma ferramenta útil.

O *Livro Livre* constitui um objeto atípico, um livro onde o leitor é também autor e onde é possível, e quase obrigatório escrever. Trata-se de uma experiência de aprofundamento do conhecimento histórico e de incentivo

à criatividade. Uma vez fechado, cada livro torna-se num objeto pessoal e único. Ao colocar o leitor no papel de investigador apresenta potencialidades pedagógicas enormes. Permite questionar o trabalho do historiador e divulgar as dificuldades da sua atividade ao lidar com a subjetividade e a seleção de factos e de dados. Contribui de forma original para a formação de cidadãos ao valorizar as liberdades permitidas pelo 25 de Abril mas também ao promover a luta para a concretização das promessas abertas em 1974. Este *Livro Livre* torna-se um livro importante para pensar a democracia em Portugal e desenvolver um espírito crítico e interventivo junto dos mais jovens.

Pierre Marie

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

pierregmarie@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_16

Reis, Joana (2019). *Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958*. Lisboa: Edições Tinta Da China, ISBN: 978-989-671-501-4.

Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958, da autoria de Joana Reis, publicado em livro em setembro de 2019, teve como ponto de partida a sua tese de doutoramento em ciências da comunicação. O trabalho desenvolvido pela autora recorre, porém, a metodologias que aproximam, amiúde, a investigação conduzida da problematização histórica.

O objeto de estudo é a campanha presidencial do General Humberto Delgado durante o ano de 1958. Para a caracterização da mesma a autora procedeu a uma descrição pormenorizada dos seus aspetos organizativos e à forma como ela se estendeu pelo país. Tendo em conta a área científica em que se insere, o culminar da investigação debruçou-se sobre os elementos propagandísticos da campanha de Humberto Delgado e as suas semelhanças com as campanhas presidenciais americanas, em particular, com a de Dwight Eisenhower, realizada em 1952. Para Reis, a estadia de Delgado no Canadá e nos Estados Unidos da América (1947-1957) teve um enorme impacto político na sua campanha.

A primeira parte trata o clima sociopolítico que se vivia em Portugal durante a década de 1950. A autora sintetiza em linhas gerais os alicerces da ditadura estado-novista e a sua aparente democratização durante o pós-segunda guerra mundial, bem como as dinâmicas existentes entre os diversos grupos oposicionistas. Joana Reis consegue explicar eficazmente o consenso,